

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2007 **(Do Sr. Carlos Souza)**

Requer a realização de audiência pública objetivando esclarecer a acusação da prática dos crimes de biopirataria de primatas e grilagem de terras da Amazônia, comandada pelo pesquisador holandês, Marc van Roosmalen.

Senhora Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que seja realizada nesta Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional audiência pública, com as presenças de representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, da Polícia Federal, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA e do Ministério Público Federal, objetivando esclarecer a acusação da prática dos crimes de biopirataria de primatas e grilagem de terras da Amazônia, comandada pelo pesquisador holandês, Marc van Roosmalen.

JUSTIFICAÇÃO

Na imensidão dos espaços amazônicos os biopiratas agem muito à vontade, sejam como visitantes, curiosos, admiradores das belezas naturais, escritores, missionários, turistas, antropólogos, etnólogos,

procurando captar a amizade, a confiança dos habitantes locais, sobretudo, das comunidades indígenas.

Riquezas de toda natureza esvaem-se de variadas maneiras por nossas fronteiras, estimando-se que vão embora a cada ano cerca de 38 milhões de animais silvestres.

A dilapidação do nosso patrimônio biogenético vem de longa data. O primeiro registro histórico da biopirataria na Amazônia, delito responsável pelo fim da hegemonia brasileira na produção da borracha no início do século XX, ocorreu quando o inglês, Henry Vickman, contrabandeou as primeiras sementes de seringueira para o Sri Lanka e para a Malásia. Desde então, a imprensa noticia, quase que diariamente, casos de subtração do nosso patrimônio.

Na década de 70, a empresa farmacêutica Squibb utilizou o veneno da jararaca para ajudar a desenvolver o captopril, usado no tratamento de hipertensão e insuficiência cardíaca, sem pagar os royalties que os brasileiros teriam direito de receber. Mais recentemente, membros de tribos indígenas brasileiras queixaram-se de que amostras do seu sangue, colhidas em circunstâncias supostamente antiéticas, estavam sendo usadas em pesquisa genética em todo o mundo.

Em 2002, o pesquisador holandês naturalizado brasileiro, Marc van Roosmalen, vendia nomes científicos de espécies amazônicas em sua página na internet. Naquela época foi multado pelo IBAMA por enviar material fecal de macacos para o exterior para análises laboratoriais e por transportar ilegalmente macacos e orquídeas da serra do Aracá, situada na cidade amazonense de Barcelos.

Em 2003, o deputado Sarney Filho, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigou o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras, já citava o senhor van Roosmalen como suspeito de traficar ilegalmente animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras.

Em junho do corrente ano, referido pesquisador foi preso em Manaus sob a acusação de ter cometido crimes contra a fauna e peculato, cuja condenação pela Justiça Federal resultou em uma pena de um ano e seis meses de detenção, mais uma multa de 350 salários mínimos.

O Jornal Folha de São Paulo noticia que mesmo isolado da comunidade científica, o senhor Marc van Roosmalen resolveu subverter os procedimentos normais da ciência. Ele diz ter encontrado, nos últimos anos, várias novas espécies na Amazônia, mas em vez de submeter seus achados ao crivo de seus pares numa publicação científica, o que seria o normal, decidiu que vai expor seu trabalho em seu site na internet --e que o público seja o seu júri.

Ao longo dos anos, o doutor van Roosmalen muitas vezes entrou em conflito com as autoridades brasileiras, inclusive com seus superiores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus. Em abril de 2003, um processo administrativo no INPA, culminou com a sua demissão, confirmando que o pesquisador praticava biopirataria enviando material genético para o exterior sem autorização. O Inpa descobriu, também, que o cientista usava o nome do instituto para engordar seu patrimônio pessoal.

Neste sentido a revista Veja edição desta semana, publica reportagem informando que obteve documentos que comprovam que o primatologista levava uma vida dupla na Amazônia: dedicava uma parte do seu tempo à ciência e outra a enriquecer à custa dos cofres públicos.

Segundo a revista, em 1993 o senhor Roosmalen firmou convênio com a produtora inglesa de TV Survival Anglia, no valor de 95 mil dólares, para a realização de três documentários sobre a Amazônia. O problema é que, embora o Inpa jamais o tenha autorizado a negociar nenhum acordo em seu nome, o primatologista aparece no contrato como procurador do instituto. A fraude foi descoberta em 1998 por um executivo da produtora, Nicholas Gordon, que, em 2002, relatou o caso à Polícia Federal. Só então o Inpa tomou conhecimento de que tinha sido envolvido em um golpe.

De acordo com o semanário, o Ministério Público estuda denunciar Roosmalen por essa e outra fraude semelhante, na qual também aparece a Survival Anglia. A produtora inglesa pretendia remunerar o Inpa pelos tais documentários, doando-lhe terras na Amazônia. Por orientação do primatologista, as escrituras foram feitas no nome dele próprio. Mais: parte da área fica em uma reserva indígena. Os procuradores avaliam, agora, se já possuem provas suficientes para voltar a processar Roosmalen por peculato, grilagem de terras e falsificação de documentos.

O requerimento em tela tem o objetivo de colher informações que, objetivamente, esclareçam as acusações da prática de grilagem de terras e biopirataria imputadas ao senhor Marc van Roosmalen, haja vista que o assunto envolve questões cruciais para o país, tais como a segurança e a soberania nacional.

Assim, contamos com o apoio dos Nobres Colegas para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado CARLOS SOUZA